

Mais investimentos

Econ. Brasil

Não há exagero na afirmação de ontem, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de que foi virada a página da inflação e o País ingressou em nova etapa de desenvolvimento econômico. A mais recente taxa inflacionária aponta para apenas 0,25% na primeira quadrissemana de setembro, segundo a Fipe, contra os 0,34% de agosto último. Por outro lado, a nova lei de isenção do ICMS para exportações e para a aquisição de máquinas e equipamentos - vale dizer, para investimentos - ontem sancionada, solenemente, pelo Presidente da República vai promover, na prática, a redução dos custos de investimentos permitindo, com isso, o crescimento de 1,5% para o Produto Interno Bruto. É, como afirmou FHC em seu discurso, uma redução efetiva do famoso Custo Brasil, que tem sido o principal entrave ao desenvolvimento econômico na-

cional, em bases estáveis e permanentes.

Há, portanto, razão concreta para se acreditar que essa redução de 15% a 30% do Custo Brasil, com a nova lei do ICMS, deverá resultar em algo como um incremento de R\$ 110 bilhões na produção industrial nos próximos quatro anos, incluindo todas as áreas de produção e não apenas a indústria propriamente dita. Basta lembrar que a lei isenta de ICMS os produtos primários, como os agrícolas, e os semi-elaborados, como sucos, café e outros, já a partir de hoje. A isenção para bens de capital e energia elétrica vai vigorar a partir de 1o. de novembro deste ano. E em 1998 a isenção deverá ser ampliada para todos os bens usados na produção pelas empresas.

Não há dúvida de que as exportações brasileiras vão se beneficiar muito desse novo estatuto legal, mas o re-

sultado mais produtivo deverá advir da retirada do ICMS dos investimentos e do processo produtivo. Está certo o Ministro Antônio Kandir, do Planejamento, quando afirma que isso tornará a economia brasileira mais competitiva, reduzindo três itens de custo: imposto, juros e capital.

Assim, ao lado de uma queda real da inflação, o País encontra, de outra parte, incentivos verdadeiros e não-inflacionários para perseguir altas taxas de desenvolvimento econômico. E estas, apesar de tudo, ainda continuam sendo o caminho mais seguro para melhor distribuição de renda e, por consequência, maior justiça social, que continua sendo a aspiração máxima do povo brasileiro, notadamente dos que enfrentam hoje a situação do desemprego. Com as novas medidas, reforçada a confiança e amplia-se, de maneira efetiva, o mercado de trabalho no País.